



## RECENSÃO

# *Intellectuals and the Search for National Identity in Twentieth Century Brazil,* de Ronald H. Chilcote, por Frederico Ágoas

---

*Análise Social*, 225, LII (4.º), 2017

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)



CHILCOTE, Ronald H.

*Intellectuals and the Search for National Identity  
in Twentieth Century Brazil,*

Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014, 306 pp.

ISBN 9781107785298

Frederico Ágoas

Mesmo a um olhar forasteiro, a história intelectual brasileira ao longo do século xx afigura-se particularmente rica e diversa. Vista de fora, ressalta desde logo como a extensão continental e a diversidade regional do Brasil têm correspondência aproximada numa pluralidade de polos intelectuais, eles próprios marcados por realidades sociais e culturais bastantes díspares, do cosmopolitismo industrial de São Paulo ao multiculturalismo vibrante e retalhado do Rio de Janeiro, passando pela centralidade periférica do Recife, para referir alguns dos mais importantes, apenas. Sob esta polaridade local, projeta-se uma história nacional marcada pelas heranças mais ou menos recentes do colonialismo, da escravatura e do subdesenvolvimento e pela persistência das questões nacional, racial e social ou pela intensidade com que se digladiaram e cruzaram correntes de pensamento como o nacionalismo, o indigenismo, o modernismo, a negritude, o integralismo, o marxismo, o corporativismo ou o desenvolvimentismo. A um outro nível, a influência continuada de missões de professores estrangeiros, designadamente franceses, de fundações científicas norte-americanas, como a Fundação Rockefeller ou a Fundação Ford, e de organismos internacionais

como a UNESCO, promoveu o contacto precoce e sustentado com a cena internacional das humanidades, que o autoritarismo feroz de duas ditaduras acabou por não atalhar. Antes disso, aliás, pelo seu exotismo e pela sua biodiversidade, o Brasil faz parte das rotas mundiais das ciências da natureza e da antropologia física.

Em contrapartida, as ciências humanas de um país periférico como o Brasil têm um alcance internacional incomparável, quer porque dali saíram teorias originais de relevância global ou investigadores de reputação mundial como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes ou Fernando Henrique Cardoso; quer ainda porque por ali passaram no início das suas carreiras alguns dos maiores vultos internacionais daquelas ciências, como o historiador Fernand Braudel ou o antropólogo Claude Lévi-Strauss, para além de investigadores de relevo como Roger Bastide e Donald Pierson, este último a pretexto da aplicação local de um programa de pesquisa do primeiro grande núcleo institucional da sociologia norte-americana, em Chicago. Podemos até perguntar-nos se a abordagem científico-social que Braudel e Lévi-Strauss imprimiram à historiografia e à antropologia não terá ficado a dever alguma coisa à

estrutura integrada das diferentes ciências sociais nas universidades brasileiras à data das respetivas estadias no país. No que toca ao primeiro, o historiador Peter Burke sugere mesmo que a história social dos *Annales* possa ter tido em Gilberto Freyre um precursor.

Por estas e por outras razões, torna-se particularmente difícil mapear o desenvolvimento histórico do campo intelectual brasileiro, mesmo se o restringirmos ao século xx. A dimensão da empreitada fica bem patente em *Intellectuals and the Search for National Identity in Twentieth Century Brazil*, em que Ronald Chilcote sintetiza mais de três décadas de investigação consagrada aos debates científicos e políticos a respeito – mas também em torno e a pretexto – do tópico. Com efeito, a questão nacional surge aqui não tanto como horizonte da pesquisa, mas sobretudo como eixo da vida intelectual autóctone e, portanto, como via de acesso a discursos mais alargados acerca da natureza do colonialismo português na América do Sul, das especificidades do capitalismo brasileiro e da sua integração na economia mundial, da diversidade étnica e racial do país, da sua dependência material e simbólica face às grandes potências internacionais, do desenvolvimento do Estado moderno ou do advento da democracia e da política de massas. Parece ser, pois, no próprio método que reside a principal tese do livro, que, sem se deter na obstinação identitária do pensamento social brasileiro, nos persuade da possibilidade de compor uma sinopse das suas diversas correntes a partir dos esforços efetuados

por gerações de intelectuais para “transcender um sentimento de inferioridade baseado no colonialismo brasileiro, no atraso e na dependência da cultura estrangeira” (p. 9).

Não obstante, esse está longe de ser o principal mérito de uma obra que, mais do que um simples itinerário imaterial, constitui uma sociologia exaustiva do domínio em questão, extraída da interseção entre as posições e os percursos intelectuais dos visados e a evolução da estrutura de classes no Brasil, as respetivas formas de representação política (partidos e movimentos sociais), o desenvolvimento do Estado e os suportes materiais da produção de ideias, designadamente universidades, centros de pesquisa e empresas editoriais.

Assim se compõe uma história institucional e política das ciências sociais focada no Rio de Janeiro e em São Paulo, centrada no período entre 1930 e 1980, mas devidamente enquadrada a montante e a jusante pela análise das condicionantes político-intelectuais que determinaram o seu advento e pelas consequências político-sociais a que entretanto estiveram associadas. É esse o efeito conjunto do primeiro e do último capítulo da obra, onde se começa por relatar a emergência de um sentimento de orgulho nacional e as primeiras tentativas de superar o atraso e a subordinação cultural ao estrangeiro, em torno da década de 1920, e se estabelecem os marcos da narrativa subsequente, definida pelos ciclos de autoritarismo e democracia; e onde se relatam depois os esforços mais recentes da parte de intelectuais progressistas

para suprir as fraturas da sociedade brasileira, por intermédio do Estado e da luta política, e as relações que mantiveram a este respeito com organizações laborais e movimentos sociais. Entre os dois extremos, os três restantes capítulos analisam a emergência e o desenvolvimento dos principais polos de pesquisa científico-social de meados do século e a constituição das variantes locais da teoria da dependência, sempre em diálogo com as formulações clássicas e estrangeiras do mesmo problema.

Nestes termos, à crítica de esquerda ao imobilismo político da oligarquia terratenente, no início do século, Chilcote faz suceder a institucionalização do projeto educativo da classe média emergente e da agenda industrialista dos grandes empresários de São Paulo, articulados por figuras como o sociólogo Fernando Azevedo e o industrial Roberto Simonsen, e materializados na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934), de âmbito estadual, e da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), de natureza privada. No Rio de Janeiro, à época capital, é o estrato dirigente que se impõe, com o projeto centralista da Universidade do Brasil (1937), que liquida a recém-criada Universidade do Distrito Federal. Ali, duas figuras assomam: Victor Nunes Leal, ligado à ciência política, e Alberto Guerreiro Ramos, professor de administração na Fundação Getúlio Vargas e sociólogo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de que o segundo capítulo se ocupa. Criado em 1955, e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura,

agrupa intelectuais de todo o espectro político, de antigos integralistas a comunistas reconvertidos, agora movidos por um nacionalismo desenvolvimentista que pugna pelo estímulo à indústria e pela modernização do Estado. Com larga influência intelectual e política durante a presidência de Juscelino Kubitschek, é extinto com o golpe militar de 1964, numa altura em que experimenta uma deriva marxizante e que em São Paulo se chega à primeira formulação da teoria da dependência associada, em contraponto às teses desenvolvimentistas do ISEB. Para Chilcote, trata-se do culminar de um projeto mais estritamente académico – de que o terceiro capítulo se ocupa – radicado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e onde se destacam os sociólogos Florestan Fernandes e António Cândido, originalmente como assistentes de Fernando Azevedo, e, depois, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, alunos de Fernandes.

Na capital paulista, aos estudos de comunidade da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), conduzidos a partir do final da década de 1930 por Donald Pierson ou pelo antropólogo de origem germânica Emilio Willems, impõem-se os estudos empíricos sobre racismo e estratificação social da escola de sociologia da Universidade de São Paulo, cujo domínio institucional é manifesto já no final da década de 1940. A este respeito, Chilcote destaca a crítica movida pelos professores franceses daquela universidade e por Fernandes às noções de aculturação e assimilação, e a importância

do ciclo de estudos sobre relações sociais no Brasil promovido pela UNESCO, na década de 1950, para a superação do paradigma culturalista – a despeito dos pressupostos da própria pesquisa, sublinhe-se – e, mais genericamente, para o descrédito do mito da democracia racial brasileira, com consequências para a afirmação posterior das duas instituições – ambas com investigadores no projeto. No mesmo sentido, a constituição do chamado “grupo do Capital” em 1958 é apontada como momento decisivo da crítica à hegemonia teórica do funcionalismo e ao nacionalismo metodológico prevalente. Animado por José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni e Paul Singer, entre outros, o seminário em torno das obras de Marx prolonga-se até 1964 (e depois até 1967, com novos protagonistas) e surge aqui na base dos contributos locais em torno da ideia de dependência. A nível institucional, a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em 1961, com fundos da Confederação Nacional da Indústria e de apoio à pesquisa do Estado de São Paulo; e a instituição do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969, com fundos da Fundação Ford, dão expressão aplicada a esta dinâmica e traduzem momentos diferentes da relação dos intelectuais com os poderes públicos, face ao advento da ditadura militar. À margem dos grandes centros de pesquisa, o historiador Caio Prado Júnior permanece como figura tutelar desta linhagem e os seus contributos substantivos acerca da história económica do

Brasil são aqui recuperados como ponto de partida para a revisão dos debates centrados no advento do capitalismo no país e dos contributos teóricos em torno das ideias de atraso, subdesenvolvimento, dependência, desenvolvimento dependente associado, subimperialismo e superexploração, a que Chilcote consagra o quarto capítulo.

A nível metodológico, importa salientar o *corpus* de mais de 60 entrevistas em que o trabalho de Chilcote se baseia e a abrangência enciclopédica do conjunto da obra, que se ocupa com o mesmo escrúpulo de autores consagrados e de outros menos conhecidos, pelo menos para iniciados nestas questões. A forma como assim se veicula a densidade das redes institucionais e pessoais envolvidas nos debates em torno da identidade nacional brasileira e o trânsito propriamente intelectual, neste domínio, entre o campo académico e o campo político é outro dos principais contributos do livro. Em contrapartida, as resenhas individuais que traduzem este esforço e que compõem largas secções do articulado acabam por perturbar um pouco a fluência do texto. O mesmo se pode dizer das sinopses bibliográficas consagradas a cada um dos visados, que traduzem o carácter exaustivo da pesquisa e representam, por isso, excelentes convites à leitura orientada dos respetivos trabalhos, mas que são muitas vezes algo esquemáticas e nem sempre concorrem diretamente para o argumento desenvolvido a cada passo.

Em termos substantivos, compreende-se que se abdique de mapear

em paralelo o campo cultural, delimitando – de forma apenas tácita, porém – a análise dos discursos que visaram a superação do atraso e a afirmação nacional do Brasil ao campo científico e político. A opção, todavia, não deixa de ter algumas consequências para os termos da narrativa. Em causa está, desde logo, a devida caracterização do movimento alargado que a partir da década de 1920 se confronta com estes problemas e procura fontes culturais complementares, designadamente indígenas e tradicionais, às doutrinas estrangeiras que inicialmente mobilizam esta deriva reflexiva e, mais especificamente, o modernismo local, a que se tem associado, a nível intelectual, o ímpeto gerador das ciências sociais no Brasil. De forma mais relevante, em causa estão também as ligações objetivas que um dos seus protagonistas – Mário de Andrade, no caso – manteve com os principais cultores da sociologia e da antropologia, em São Paulo, no quadro do Departamento de Cultura da prefeitura da cidade, de que o poeta e escritor foi diretor na segunda metade da década de 1930. Entre outras eventuais consequências, um enfoque mais alargado, a este respeito, poderia fazer ressaltar as origens aplicadas das ciências sociais na capital paulista, desenvolvidas com base na pareceria estabelecida entre o governo local e os primeiros professores americanos da ELSP, tanto mais quando se sabe que foram estudos engendrados neste circuito, junto dos operários paulistanos, que impuseram

o padrão de cientificidade entretanto transposto para a escola de sociologia da USP, por intermédio de Florestan Fernandes e de outros que ali fariam os respetivos doutoramentos, durante a década de 1940.

Por mapear ficam também os diagnósticos decadentistas da antropologia física brasileira do início do século e os desígnios reformistas dos médicos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, que também enquadram as primeiras propostas de superação do atraso e conformam muitos dos *topoi* das ciências sociais ulteriores. O mesmo se aplica ao otimismo culturalista de Gilberto Freyre, que, a partir do Recife, e a par da sua profusa e conhecida atividade literária, protagoniza iniciativas determinantes para a implantação institucional da sociologia, antes ainda do seu reconhecimento académico. Tudo isto, todavia, pode ser visto como exterior aos objetivos de um livro que cumpre plenamente o seu programa e que, para além dos méritos anotados, merece ainda ser lido pela forma como acolhe as relações produtivas entre ciência e política e, por esta via, extravasa leituras estritamente institucionalistas da história das humanidades.

---

ÁGOAS, F. (2017), *Recensão “Intellectuals and the Search for National Identity in Twentieth Century Brazil”*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014<sup>o</sup>. *Análise Social*, 225, LII (4.<sup>o</sup>), pp. 927-931.

---

Frederico Ágoas » fagoas@gmail.com » Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa » Av. de Berna, 26-C — 1069-061 Lisboa, Portugal.

---